

DOSSIÊ TARCÍSIO

A fraude do
"gestor competente"

DOSSIÊ TARCÍSIO:

A fraude do “gestor competente”

O governo Tarcísio de Freitas é uma fraude. Manipula e infla dados para construir uma imagem de gestor eficiente em contradição com a realidade de seu governo. O marketing vende uma imagem de bom gestor, mas os fatos denunciam uma situação carente de entregas estruturantes, de consistência fiscal e de justiça social. Tarcísio exhibe números sofríveis em investimentos, equilíbrio fiscal e ainda os mascara com manobras contábeis. Sua gestão inventa ampliação de vagas no ensino técnico e profissional, mente sobre a abertura de novos leitos hospitalares, propõe um programa social de alcance irrisório, distorce e se apropria de entregas habitacionais que não são realizadas por seu governo.

Quando realiza provoca desastres, como no agravamento da crise da segurança pública e das polícias, nas concessões rodoviárias com a multiplicação de pedágios com sistema free-flow, na entrega de terras públicas aos grileiros e na privatização da SABESP, que priorizou os ganhos do mercado financeiro, enquanto a população amarga tarifas exorbitantes, falta d água e serviços precários.

Veja neste relatório os caminhos das fraudes nas várias áreas do governo Tarcísio.

Sumário

1. A falácia de “Bom Gestor”	3
1.1. Investimentos: uma falsa grandiosidade.....	3
1.2 A fraude da responsabilidade fiscal	4
1.3 A fraude no discurso da redução de impostos e o aumento do ICMS da gasolina	4
1.4 Distribuição ampla da Bolsa Empresário	5
1.5 Funcionalismo	6
2. As fraudes na Habitação e os números inflados	7
3. A Fraude na Educação	8
3.1. Ensino Profissional	9
3.2. Escola Cívico-Militar.....	10
3.3. Plataformização do Ensino.....	11
3.4. Educação em queda: o fracasso da gestão Tarcísio no IDEB.....	12
4. A Fraude na Saúde	13
5. A Fraude na Segurança Pública	14
6. A Fraude na Assistência Social	16
7. Mulheres, Pessoas com Deficiência e Políticas para o Trabalho esquecidos ..	17
8. Privatizações	19
8.1. SABESP	19
8.2. Concessões rodoviárias e pedágios Free-Flow.....	21
8.3. Entrega de terras públicas aos grileiros.....	23
9. A Fraude na Gestão Ambiental	25
10. A Fraude nos Transportes	27
10.1. A indústria da multa e o pacote de 649 novos radares do DER-SP	27
10.2. Concessões ferroviárias: Via Mobilidade.....	28
11. Relação com Municípios: Desmonte dos Recursos para Estâncias Turísticas e Municípios de Interesse Turístico	29
12. PROPINÃO – A Fraude de um Governo “Sem Corrupção”	30
Conclusão - Tarcísio Making America Great Again	33

1. A falácia de “Bom Gestor”

Tarcísio vende a imagem de um gestor técnico, comprometido com eficiência e responsabilidade fiscal. No entanto, os números mostram uma realidade bem diferente.

1.1. Investimentos: uma falsa grandiosidade

Em vídeo nas redes sociais, o governador afirmou que “em dois anos de ajuste fiscal, São Paulo chegou no maior orçamento de investimento da história”. A declaração, porém, é falsa e enganosa.

O total de investimentos previstos para 2025, somando o orçamento fiscal e o das empresas, não é o maior da série histórica. Anos como 2011, 2013, 2014, 2021 e 2022 registraram valores superiores. A suposta liderança do orçamento fiscal em 2025 é resultado de um artifício contábil: com a privatização da Sabesp, o orçamento da companhia deixou de ser contabilizado como investimento de empresa estatal e foi convertido em receita do Tesouro. Assim, enquanto o orçamento das empresas encolhe artificialmente, o do governo central aumenta. Ao ignorar essa mudança estrutural, o governador distorce os dados e cria a falsa narrativa de “recorde histórico”.

Além disso, valores orçados não correspondem aos efetivamente executados. Até junho de 2025, haviam sido empenhados apenas R\$ 9,822 bilhões no orçamento do Estado. Mantido esse ritmo, dificilmente a execução total ultrapassará R\$ 20 bilhões, longe do que foi realizado em 2013, por exemplo.

Tabela 01: Valores liquidados (R\$/milhão - atualizados pelo IPCA acumulado no período)

Ano	Investimentos Direto	Inversões Financeiras	Total Orçamento	Empresas (recursos próprios)	Total Geral
2011	20.206	9.314	29.520	4.851	34.371
2012	15.970	6.302	22.272	5.687	27.959
2013	24.763	7.609	32.372	6.320	38.692
2014	22.105	7.760	29.865	6.938	36.804
2015	13.893	6.109	20.002	5.337	25.340
2016	12.270	6.471	18.741	4.232	22.972
2017	15.387	5.950	21.338	4.364	25.702

Ano	Investimentos Direto	Inversões Financeiras	Total Orçamento	Empresas (recursos próprios)	Total Geral
2018	12.490	3.556	16.047	4.324	20.371
2019	10.911	2.815	13.726	5.537	19.262
2020	10.503	3.835	14.339	5.952	20.290
2021	20.824	8.752	29.576	5.796	35.372
2022	27.196	3.260	30.457	6.422	36.879
2023	15.067	4.435	19.501	8.471	27.973
2024	15.536	5.999	21.534	5.427	26.961
2025 (orçado)	21.012	11.648	32.660	1.799	34.459
2025 (emp/ jun)	6.013	3.810	9.822	-	-

Obs.: Não considera despesas intraorçamentárias.
Fonte: SIGEO e sítio SEFAZ.

1.2 A fraude da responsabilidade fiscal

São Paulo apresentou superávit orçamentário de R\$ 8,28 bilhões em 2024. Contudo, de acordo com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), esse resultado só foi possível devido à alienação das ações da Sabesp, que gerou R\$ 14,77 bilhões em receita de capital extraordinária e não recorrente.

Sem essa receita extraordinária e não-recorrente, o Estado teria encerrado o ano no vermelho, mostrando que a suposta “responsabilidade fiscal” depende de medidas excepcionais e não da gestão cotidiana das finanças públicas.

1.3 A fraude no discurso da redução de impostos e o aumento do ICMS da gasolina

O governador Tarcísio prometeu reduzir impostos e garantiu que **não aumentaria o ICMS sobre os combustíveis**. A prática, porém, foi oposta: em pouco mais de dois anos, a alíquota sobre a gasolina subiu **mais de 50%**:

- Junho/2022: R\$ 0,96 por litro
- Junho/2023: R\$ 1,22 por litro

- Fevereiro/2024: R\$ 1,37 por litro
- Fevereiro/2025: R\$ 1,47 por litro

O aumento impacta diretamente não apenas motoristas, mas toda a cadeia produtiva: transporte público, alimentos, fretes e logística. A “fraude” é clara: o governo que se apresenta como liberal e defensor do bolso do cidadão aplica uma das maiores altas recentes de ICMS sobre insumo essencial, gerando mais arrecadação para o Estado e prejuízo para a população.

1.4 Distribuição ampla da Bolsa Empresário

Enquanto se diz defensor da responsabilidade fiscal, o governo expande renúncias fiscais generosas a grandes empresas:

- A LDO projeta **renúncia de R\$ 85,6 bilhões em 2026**, 20% a mais que 2025 e 34% superior a 2024.
- O crescimento da renúncia supera o ritmo da receita corrente líquida (20% vs 11%), desmontando o discurso de que os incentivos seguem a expansão das receitas.

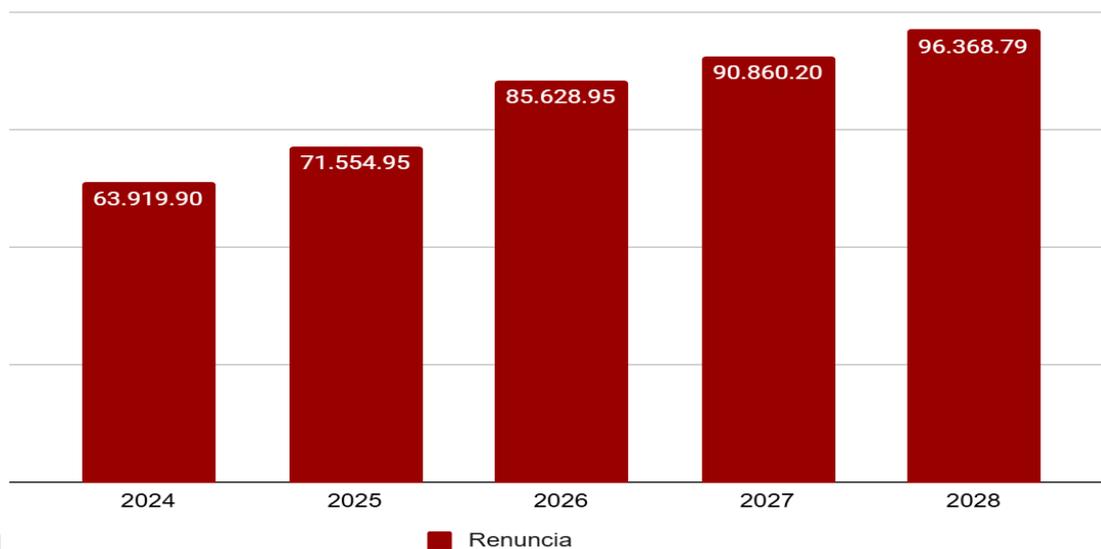
Segundo o TCE:

- 90% das renúncias estão concentradas em apenas 2,5% dos beneficiários.
- 3.138 empresas beneficiárias em 2022 e 2023 estavam inscritas no CADIN, e 31 das 50 maiores estavam na dívida ativa do Estado. Tudo isso em descumprimento da Lei Federal que obriga o cancelamento sumário dos benefícios a empresas inadimplentes com o Estado.

O Tribunal de Contas ainda apontou a ausência de avaliação prévia, medidas de compensação fiscal, monitoramento e demonstração de interesse público na concessão dos benefícios. Em relação à transparência o Estado também não cumpre o exigido por Lei e não divulga a relação de beneficiários por CNPJ, assim como a União já faz.

A gestão simula austeridade enquanto distribui privilégios sem critério, esvaziando a arrecadação e prejudicando serviços essenciais como saúde, educação e repasses a prefeituras.

Gráfico 1 – Evolução das renúncias fiscais de acordo com as LDOs.



1.5 Funcionalismo

O reajuste salarial implementado por Tarcísio em 2025 é um verdadeiro tapa na cara dos trabalhadores de São Paulo, a maior economia do país. Veja a situação dos servidores:

- A massa do funcionalismo teve aumento abaixo da inflação acumulada dos últimos dois anos.
- O tíquete-alimentação permanece em apenas R\$ 12,00, insuficiente para qualquer refeição em São Paulo.
- Professores de Educação Básica I (PEB I) têm salário inicial **46,5% abaixo do Piso Salarial Profissional Nacional**, mesmo após reajuste de 6,27%¹.
- Policiais tiveram como promessa de campanha a valorização salarial mediante reajustes anuais acima da inflação, porém tiveram um reajuste de apenas 5%, abaixo da inflação acumulada no período.

¹ <https://afuse.org.br/content/upload/1/root/boletim-edicao-103.pdf>

- O mesmo ocorre com os pesquisadores científicos que resistem à ameaça representada por uma proposta legislativa enviada neste ano à ALESP.

A combinação de aumentos pífios, congelamento de benefícios e descaso com carreiras essenciais evidencia um **governo que negligencia o funcionalismo**, desvalorizando o trabalho público e comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população.

2. As fraudes na Habitação e os números inflados

O governador anunciou que entregará **200 mil moradias** até o final de sua gestão, alegando que 60 mil já estariam finalizadas, 100 mil em produção e o restante viabilizado. Entretanto, os números oficiais da CDHU e da SDUH revelam uma realidade diferente. Desde 2023, foram contabilizadas **166.880 unidades habitacionais**, das quais:

- **57.359** já foram entregues;
- **109.521** estão em produção.

Do total, a grande maioria (**69%, ou 114.800 unidades**) está vinculada a programas de subsídios de baixo valor, entre R\$ 10 mil e R\$ 16 mil por unidade, incluindo complementos ao programa Minha Casa Minha Vida. Apenas **31% (52.080 unidades)** correspondem a programas com custo superior a R\$ 180 mil por moradia.

Estes dados demonstram que o governo está concentrado em financiar projetos já em andamento e fornecer pequenas ajudas financeiras, em vez de construir novas moradias populares. Oferecendo esses subsídios, o governo cria uma falsa percepção da realidade de que está construindo novas moradias, quando isso não acontece.

Para a população mais necessitada, sobra truculência policial como a aplicada na remoção da favela do Moinho, localizada no coração da cidade de São

Paulo. Como de praxe na extrema direita, um movimento legítimo de defesa dos direitos dos moradores foi associado ao crime organizado, na forma de uma permanente criminalização da pobreza.

Cinicamente, o governo prometeu que a demolição ocorreria apenas para quem aceitasse sair voluntariamente e que seriam garantidas moradias em apartamentos da CDHU. Na prática, as famílias foram cercadas e abordadas por forte contingente policial armado durante semanas.

Além disso, para agilizar a remoção, os moradores foram orientados a declarar rendas falsas para obter o benefício, expondo o desprezo da gestão pelo endividamento e pelas condições reais das famílias carentes.

A situação só começou a ser minimamente corrigida com intervenção do Governo Federal, que ofereceu R\$ 250 mil em subsídio para a compra de imóveis pelas famílias. Inicialmente, a gestão Tarcísio propunha crédito comprometendo 20% da renda familiar, empurrando as famílias para uma situação de precariedade e vulnerabilidade.

Essa sequência de ações evidencia um governo que ignora direitos básicos e prioriza os interesses do capital, em detrimento da dignidade e segurança da população mais necessitada.

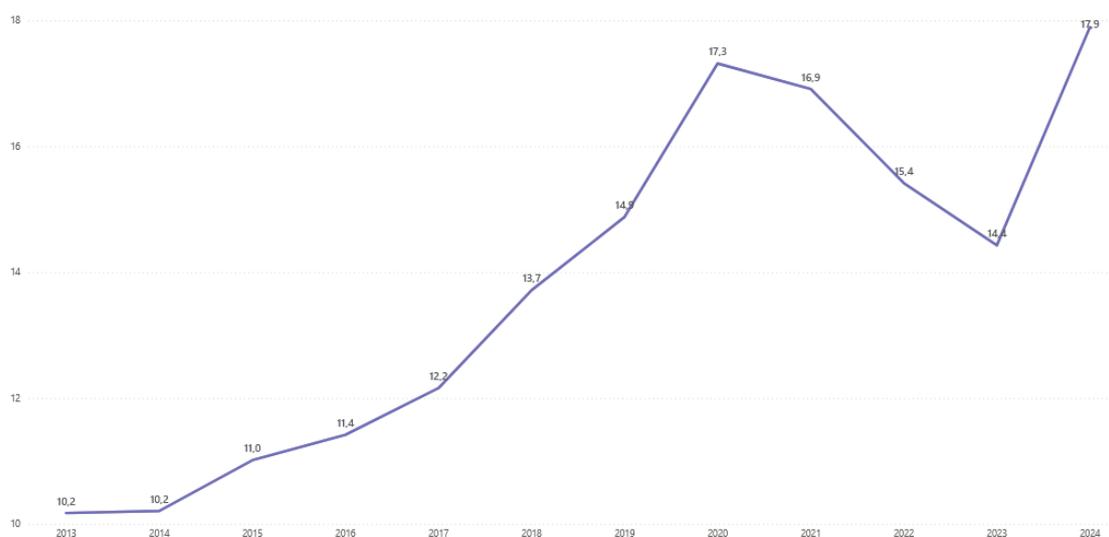
3. A Fraude na Educação

A gestão Tarcísio evidencia um ataque sistemático à educação pública, marcado por promessas infladas, políticas ideológicas e priorização de agendas securitárias e tecnocráticas em detrimento da aprendizagem e da valorização docente.

3.1. Ensino Profissional

Em vídeo nas redes sociais, o governador afirmou que o Estado passou de 9% para 30% dos alunos do ensino médio matriculados em cursos técnicos, com meta de 43% para o próximo ano. A afirmação é desmentida pelos próprios dados oficiais do governo (SEFAZ/SP), que indicam **17,9% em 2024**.

Gráfico 2 – Alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio na rede estadual de São Paulo (%)



Fonte: <https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/planejamento/Paginas/seade/educacao.aspx>

O TCE, em relatório das Contas de 2024, apontou ainda que:

- O Programa Educação Profissional Paulista atingiu apenas **65,09% da meta de matrículas em cursos técnicos integrados ao ensino médio**;
- Apenas **69,49% dos estudantes elegíveis** estavam efetivamente cursando o ensino técnico integrado ao médio.
- As dificuldades do governo incluem baixa conversão de interesse em matrícula, limitações orçamentárias e infraestrutura escolar inadequada.
- A promessa de expansão da oferta de cursos técnicos esbarra na escassez de docentes, salas e laboratórios adequados, revelando a distância entre discurso e realidade.

3.2. Escola Cívico-Militar

O Programa Escola Cívico-Militar, instituído pela Lei Complementar nº 1.398/2024, reflete autoritarismo, prioridades invertidas e risco à educação pública.

A tramitação do projeto envolveu atropelos regimentais, concentração de decisões no Executivo e rejeição da maior parte das 82 emendas parlamentares apresentadas. A pressa ignorou a necessidade de debate com educadores, especialistas e comunidade escolar, impondo um modelo sem comprovação científica robusta.

O programa transfere parte da gestão escolar para policiais militares da reserva, responsáveis por “atividades extracurriculares de natureza cívico-militar” e pelo “acompanhamento da organização e segurança escolar”. Embora formalmente subordinados ao diretor, esses monitores exercerão funções cotidianas no ambiente escolar, sem formação pedagógica e recebendo remuneração superior à dos professores: cerca de R\$ 6 mil por 40 horas semanais, contra R\$ 5,3 mil do piso docente e R\$ 1,55 mil dos agentes de organização escolar. Essa disparidade salarial agrava a desvalorização histórica do magistério e desloca recursos que poderiam ser aplicados em infraestrutura, formação docente e contratação de profissionais qualificados.

A prioridade dada à presença policial revela o viés securitário da política, que confunde problemas educacionais com problemas de segurança pública. Questões como evasão, repetência e violência escolar têm origem multifatorial — desigualdade social, vulnerabilidade econômica, ausência de políticas de convivência e de apoio psicossocial — e demandam soluções integradas, não militarizadas. Enquanto o governo paulista prevê, no mínimo, um monitor policial por escola participante, o programa estadual de psicólogos escolares atende, em média, 6,5 mil estudantes por profissional. A escolha orçamentária é clara: mais investimento na disciplina armada do que no cuidado e apoio pedagógico.

O programa não visa melhorar a educação, mas implementar um projeto ideológico, autoritário e dispendioso.

3.3. Plataformização do Ensino

A plataformização do ensino, conduzida pelo secretário Renato Feder, combina controle burocrático, negócios milionários e precarização pedagógica. Sob o discurso de “modernização” e “eficiência”, plataformas digitais foram impostas como eixo central da gestão escolar, transformando professores e estudantes em operadores de tarefas digitais.

Estudos do Grupo Escola Pública e Democracia (Gepud) e da REPU revelam que não há qualquer correlação significativa entre uso intensivo das plataformas e melhoria no desempenho do Saesp. Mesmo escolas que cumpriram as metas de tempo de uso e atividades obrigatórias não apresentaram avanços relevantes nos indicadores. Ou seja, o custo de quase **meio bilhão de reais** em licenças digitais não se traduziu em ganhos pedagógicos, confirmando o caráter ineficaz e artificial dessa política.

No cotidiano escolar, os prejuízos são evidentes:

- Sobrecarga e assédio institucional contra docentes e gestores, punidos por não atingirem metas arbitrárias de acesso às plataformas.;
- Desvio de tempo pedagógico para cumprimento de tarefas meramente quantitativas, em detrimento de atividades presenciais significativas;
- Uniformização forçada da prática docente, com centralização de conteúdos em slides prontos, reduzindo autonomia profissional;
- Impactos negativos no engajamento estudantil, inclusive perda de interesse pela leitura;
- Exclusão de estudantes com deficiência, por inadequação das plataformas.

A política é ainda agravada por conflitos de interesse: Renato Feder, empresário do setor de tecnologia, direciona recursos públicos para a aquisição de softwares e equipamentos proprietários de empresas privadas, sem plano para desenvolver soluções públicas.

O objetivo é produzir números rápidos e artificiais para alimentar rankings e campanhas eleitorais, enquanto negligencia investimentos estruturais em

valorização docente, formação continuada, infraestrutura e políticas de permanência escolar.

3.4. Educação em queda: o fracasso da gestão Tarcísio no IDEB

Os resultados mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostram que a gestão Tarcísio de Freitas levou a rede estadual paulista a um patamar de desempenho pior que durante a própria pandemia de Covid-19. Em vez de recuperar e superar os índices pré-crise sanitária, o governo atual assiste a uma regressão preocupante:

- **Ensino Médio:** queda de 5,3 (2021) para 5,1 (2023), redução de 3,77%;
- **Ensinos finais do Fundamental:** queda de 4,4 para 4,2, retração de 4,5%.

O desempenho está abaixo das metas e inferior a 2019, antes da pandemia. Isso ocorre mesmo em um estado com recursos amplos, revelando fragilidade das ações e falta de prioridade na aprendizagem.

Enquanto o governo gasta energia com pautas ideológicas e propaganda, a rede estadual assiste à piora dos seus principais indicadores de qualidade. Os dados do IDEB mostram um retrato fiel da perda de oportunidades educacionais para milhões de jovens paulistas e da falta de compromisso real com a melhoria da educação pública.

4. A Fraude na Saúde

O governo afirma ter criado **6.404 novos leitos SUS** entre 2022 e 2024, mas os dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) mostram o contrário: o número de leitos sob gestão estadual caiu de **31.373 (dez/2022) para 31.124 (maio/2025)**, uma redução de **249 leitos**.

Ao ser questionada, a Secretaria da Saúde recorreu a um artifício estatístico: utilizou o número de internações como base para estimar a quantidade de “novos leitos equivalentes”, aplicando uma fórmula que divide a variação de internações por 12 meses e, em seguida, por 4 — assumindo que cada leito realiza quatro internações por mês.

Esse cálculo é arbitrário e confunde produção hospitalar com capacidade instalada, pois o aumento no número de internações pode decorrer de rotatividade maior, readequações de fluxo ou aumento da demanda, sem que novos leitos tenham sido efetivamente criados. A resposta da SES, portanto, confirma indiretamente que **não houve ampliação real de leitos estaduais**, configurando mais uma propaganda enganosa do governo Tarcísio.

Além disso, a situação real pode ser ainda mais grave: não há dados abertos sobre leitos efetivamente ativos, excluindo os muitos que estão desativados ou bloqueados. Em 2023, mais de **4 mil leitos estavam fechados**, número que a SES nunca mais divulgou.

Para ilustrar a dimensão do problema, uma fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE), realizada em apenas 14 hospitais sob gestão direta da SES, apontou falta crônica de pessoal, prejudicando atendimento de urgência e gestão hospitalar. Em 2024, **867 leitos deixaram de ser disponibilizados** nos Hospitais Gerais com pronto-socorro da rede direta estadual, afetando os 24,3 milhões de paulistas atendidos. O caso mais grave registrou 64% de leitos indisponíveis em uma única unidade (Hospital Geral de Guaianases).

O cenário se agrava ainda mais historicamente: em cinco anos, a quantidade de leitos indisponíveis **aumentou 80%**, o que significa **386 leitos a menos**

para a assistência hospitalar da população em 2024, em comparação com 2019.

A gestão Tarcísio, ao invés de ampliar o acesso à saúde pública, tem permitido a deterioração silenciosa da rede estadual, mascarada por números inflados e estratégias de comunicação enganosas.

5. A Fraude na Segurança Pública

O caos e o desmonte das polícias patrocinado por Tarcísio

A gestão Tarcísio-Derrite é um desastre. A dupla vendeu o tempo todo o uso da força como remédio para o combate ao aumento da criminalidade, incentivando os policiais a agirem com truculência. Mas o resultado é exatamente o oposto, com o crescimento exponencial da criminalidade violenta.

No **primeiro semestre de 2025**, foram registrados **1.241 homicídios**, quase 1% a mais que no mesmo período de 2024, enquanto a capital de São Paulo teve aumento de **12%**. Números semelhantes aparecem para estupros, furtos, roubos e latrocínios.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (abril/2025), houve **crescimento de 120% no número de vítimas entre 10 e 19 anos mortas por policiais em serviço no Estado de São Paulo**, passando de 35 vítimas em 2022 para 77 em 2024. Crianças e adolescentes negros são **3,7 vezes mais vítimas** de intervenções letais da PM no Estado.

Tabela 02: Dados homicídio doloso

	TOTAL 1/2024	TOTAL 1/2025	VARIAÇÃO
Estado	1.230	1.241	0,89%
Capital	221	248	12,22%

Fonte: Dados Mensais (SSP) - <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados-mensais>

Tarcísio e Derrite são os responsáveis diretos pela desorganização das polícias, pelo aumento da ineficiência, intensificação da violência, indisciplina e pela preocupante penetração do crime organizado nas corporações.

A vitrine de abertura da gestão foi um conjunto de operações violentas na Baixada Santista, as Operações Verão e Escudo. Ambas deixaram mais de 100 mortes entre julho de 2023 e maio de 2024, incluídas várias vítimas desarmadas ou sem relação com atividades criminosas.

Recentemente, denúncias indicaram manipulação de arquivos de câmeras corporais e fraudes nos registros de ocorrências, documentadas em auditoria da empresa Axon, responsável pela plataforma Evidence da PM. O relatório aponta ocultação e eliminação de arquivos de imagens por oficial da cúpula, incluindo o caso da morte de um morador do Morro do José Menino em Santos, durante a Operação Escudo.

Ao permitir esses ilícitos, a Secretaria de Segurança estimula a violência sem controle.

A gestão promoveu também o esvaziamento da Polícia Civil, que sofre com sucateamento, desvalorização funcional e infraestrutura precária. Determinadas funções da civil foram transferidas para a PM, em contradição com a Constituição Estadual, gerando tensão entre as corporações e aumentando a ineficiência no combate ao crime.

Além disso, essa política de segurança tem efeitos diretos sobre os policiais:

- **Afastamentos por causas psiquiátricas:** 653 casos em 2024 e 206 no primeiro trimestre de 2025, projetando mais de 800 até o fim do ano.
- **Policiais penais:** mais de 1.300 coletes balísticos vencidos em uso nas unidades prisionais.

Não há prioridade em valorizar o efetivo policial, investir em formação ou equipamentos de proteção, nem foram cumpridas promessas de campanha de reajustes salariais reais, limitando-se a correções pela inflação passada.

A política de segurança do governo Tarcísio é, portanto, uma fraude convertida em tragédia, que gera vítimas tanto entre a população quanto entre os próprios policiais.

6. A Fraude na Assistência Social

Nos últimos anos, o governo Tarcísio de Freitas promoveu uma política deliberada de sucateamento da rede de proteção social, alinhada a um projeto pessoal do governador rumo às eleições nacionais. A área, que já vinha sendo negligenciada, sofreu um verdadeiro desmonte: a aplicação orçamentária caiu de 0,51% em 2022 para apenas 0,34% em 2023, 0,32% em 2024 e, mesmo em 2025, a previsão não passa de 0,38%.

Após esvaziar a assistência social por mais de dois anos, Tarcísio resolveu criar uma “marca social” para chamar de sua: o Programa Superação. O desmonte é tão evidente que, em valores absolutos, só o que deixou de aplicar em um único ano já seria suficiente para bancar todo o orçamento do programa. Em **2022**, o Estado aplicou **R\$ 1,64 bilhão** na função assistência social. Em **2023**, a execução caiu para **R\$ 1,062 bilhão** — diferença de **R\$ 578 milhões**, superior ao orçamento de **R\$ 500 milhões** do Superação. Em **2024**, a aplicação seguiu baixa, em **R\$ 1,128 bilhão**. Ou seja, a “novidade” do governo é maquiagem para esconder os cortes efetivos.

O programa promete atender 105 mil famílias em vulnerabilidade, alegando inclusão produtiva, como se o Bolsa Família não cumprisse há décadas esse papel com eficácia comprovada. O alcance do Superação é ínfimo: apenas 4,27% do público elegível no CadÚnico, frente a 2,46 milhões de famílias atendidas pelo Bolsa Família em São Paulo. Enquanto o programa estadual promete R\$ 135 milhões em auxílios, o Bolsa Família transfere quase R\$ 20 bilhões por ano, com valor médio de R\$ 657,99 por família. Não há comparação possível: o Superação é, na prática, uma peça publicitária.

Ainda mais grave é a destinação dos recursos: de um orçamento de R\$ 500 milhões, apenas R\$ 135 milhões chegarão efetivamente às famílias. Dois

terços do programa são destinados ao custeio da Secretaria e dos municípios, sem critérios transparentes. Os R\$ 260 milhões previstos para os municípios beneficiam cidades mais desenvolvidas, aprofundando desigualdades regionais e deixando de fora pequenos municípios e áreas rurais, justamente onde a vulnerabilidade é mais aguda.

Outro ponto nebuloso é a destinação de R\$ 105 milhões para Organizações Sociais e “agentes de superação”, sem regulamentação clara, abrindo espaço para uso político desses recursos, privilegiando entidades ligadas a parlamentares da base governista. Em seus discursos, Tarcísio invoca a teologia da prosperidade, tratando a pobreza como questão de fé e esforço individual, um desrespeito flagrante com quem sequer tem comida na mesa.

Em contraste, o Bolsa Família apresenta resultados concretos: em 2024, 1,3 milhão de famílias deixaram o programa por alcançarem rendimentos superiores, 70% em ocupações formais. O que o governo federal faz de forma automática e eficiente, Tarcísio tenta transformar em programa clientelista, com “agentes” ativos em período pré-eleitoral.

O Programa Superação não passa de uma Super-Ação de marketing. Longe de ser uma inovação, é um instrumento de abuso político-eleitoral, sustentado por recursos públicos e embalado em discursos moralistas. Enquanto isso, milhões de paulistas continuam sem apoio efetivo diante da pobreza e da desigualdade. A fraude é evidente: menos política social, mais propaganda eleitoral.

7. Mulheres, Pessoas com Deficiência e Políticas para o Trabalho esquecidos

A propaganda do governo Tarcísio de Freitas insiste em projetar uma imagem de modernidade, inclusão e eficiência. No entanto, uma análise fria dos números revela descaso, subfinanciamento e prioridades distorcidas. Áreas fundamentais como políticas para mulheres, direitos da pessoa com deficiência e, especialmente, políticas para o trabalho, são tratadas como temas marginais pelo governo estadual.

Na **Secretaria de Políticas para a Mulher**, a discrepância é gritante: em **2023**, o orçamento previsto era de **R\$ 9,6 bilhões**, mas apenas **R\$ 788 milhões** foram efetivamente empenhados. Em **2024**, o orçamento despencou para míseros **R\$ 24 milhões**, dos quais pouco mais de **R\$ 8 milhões** foram executados. Para **2025**, o cenário não melhora: apesar de previsão de **R\$ 36 milhões**, até julho apenas **R\$ 9,7 milhões** haviam sido efetivamente aplicados. É evidente que a agenda de combate à violência, promoção da igualdade e apoio às mulheres não é prioridade do governo.

A situação não é muito diferente na **Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Embora os valores orçados tenham se mantido entre **R\$ 67 milhões e R\$ 72 milhões** nos últimos três anos, o montante é irrisório diante da demanda real. A execução tem ficado ainda mais baixa: em **2023**, apenas **R\$ 50 milhões** foram efetivamente utilizados, e em **2024** a execução também não alcançou os **R\$ 60 milhões**. Em um estado com milhões de pessoas com deficiência, o recurso reservado é quase simbólico frente à necessidade de acessibilidade, inclusão produtiva e políticas públicas estruturadas.

Talvez o maior retrato do descaso esteja na **função Trabalho**. Entre **2023 e 2025**, os gastos oscilaram entre **0,02% e 0,04% do orçamento do Estado**, percentuais insignificantes diante do desafio de geração de emprego e renda em São Paulo. Em **2022**, esse percentual chegou a **0,16% do orçamento** (cerca de R\$ 505 milhões), mas em **2024**, foram executados apenas **R\$ 72,9 milhões**, o menor valor da série recente. Para **2025**, a previsão é de **R\$ 127 milhões**, igualmente inexpressivos frente ao tamanho da economia paulista e ao número de desempregados e subocupados.

A pouca prioridade orçamentária contrasta com o marketing das chamadas carretas do programa “Caminho da Capacitação”. O governo alardeia esses veículos como solução para o desemprego, mas na prática se tratam de ações pontuais, sem escala e incapazes de gerar impactos estruturais no mercado de trabalho. É uma vitrine política que serve mais para propaganda do que para oferecer oportunidades reais de qualificação profissional.

Em resumo, enquanto Tarcísio vende a imagem de um governo eficiente e preocupado com as pessoas, os números mostram o contrário: mulheres, pessoas com deficiência e trabalhadores são esquecidos na prática orçamentária. As áreas sociais continuam subfinanciadas, enquanto o discurso oficial tenta mascarar a falta de prioridade e o esvaziamento de políticas públicas essenciais para a redução das desigualdades em São Paulo.

8. Privatizações

8.1. SABESP

A privatização da SABESP é mais uma fraude do governo Tarcísio. Apresentada como solução para a universalização das redes de água e esgoto, a alienação do controle da companhia para o Grupo Equatorial trouxe uma série inédita de problemas.

Os impactos foram imediatos: fornecimento de água escura e fétida na Zona Sul da capital, aumento de tarifas para famílias de baixa renda fora do CADÚNICO, rompimento de adutora na Freguesia do Ó que inundou ruas e casas, interrupção de fornecimento em Itapeverica da Serra e Guarulhos, e aumento de até 100% nas tarifas para grandes consumidores comerciais e industriais. No caso mais recente, a empresa despejou volumes enormes de esgoto no Rio Tietê, crime ambiental defendido publicamente pelo governador, com multas anunciadas apenas 40 dias depois pela CETESB e ARSESP.

Em julho de 2024, quando o Governo do Estado abriu mão do controle, a SABESP era empresa mista de controle estatal rentável, bem administrada e com capitalização de mercado acima R\$ 56,2 bilhões e suas ações eram transacionadas a R\$ 82,00. No entanto, o preço negociado pelo controle da empresa foi de 67,00, ou R\$ 6,9 bilhões, pela venda de 15% das ações, tendo a Equatorial como a única concorrente. Estranhamente as grandes empresas de saneamento ficam de fora.

Para completar esse quadro obscuro, o BTG foi o coordenador da oferta ao público de outros 17% das ações da empresa ao mesmo preço! Houve um enorme deságio na venda do controle, algo inédito para empresas de qualidade, e depois na venda ao público, mesmo que neste caso a demanda tenha sido de mais de R\$ 200 bilhões para uma oferta de ações de apenas R\$ 7,9 bilhões! Outros bancos participantes, como Itaú BBA e City, foram excluídos das decisões estratégicas, com o BTG definindo a distribuição. Há suspeitas fundadas de que o banco teria favorecido clientes “amigos”.

Outra situação escandalosa foi a de Karla Bertocco, que presidia o Conselho de Administração da SABESP durante o processo de privatização e ocupava também cargo no Conselho da Equatorial Energia — a única empresa interessada na compra do bloco de controle. Diante das discrepâncias no preço e da falta de concorrência, como não desconfiar do uso de informação privilegiada para favorecimento de seu empregador privado? Trata-se de delito grave, um crime de colarinho branco.

A soma dos elementos analisados — deságio excessivo, centralização da alocação de papéis no banco com vínculos políticos, ausência de concorrência efetiva, exclusão de potenciais interessados e indícios de conflito de interesses — aponta para violações aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Em junho último a ação da SABESP chegou a alcançar R\$ 122,00, desencadeando uma onda de vendas e realização de lucros de 82% para os “sortudos sorteados” pelo BTG e uma grande valorização do patrimônio da Equatorial. Caiu depois para em torno de R\$ 110 para voltar a mais R\$ 122,00 no dia 12/08, quando foi publicado o balanço trimestral da SABESP com aumento do lucro em 76% em relação ao mesmo período de 2024.

Gráfico 3 – Histórico do valor das ações da SABESP



Fonte: <https://conteudos.xpi.com.br/acoes/sbsp3/grafico/>

A principal explicação da empresa para o resultado é o “ganho de eficiência operacional”, mas isso ocorreu justo no trimestre em que houve o despejo de esgotos no Tietê, que faltou água em Itapeverica e Guarulhos, que inundou casas na Freguesia e vários bairros receberam água suja. Foi também nesse período que a SABESP “retirou” os descontos de grandes consumidores comerciais e industriais que passaram a receber suas contas com valor em dobro.

O lucro deles é em prejuízo dos consumidores, do meio ambiente, da economia e da moralidade pública.

8.2. Concessões rodoviárias e pedágios Free-Flow

O Governo do Estado resolveu conceder novos sistemas de vias rodoviárias, mais uma vez alegando a melhora do serviço e da qualidade da infraestrutura. Com isso passou nas novas concessões a pedagiar várias rodovias secundárias, mas de grande fluxo de veículos em regiões praticamente conurbadas.

Além dos 182 postos de pedágio em operação hoje, as concessões recentes estão implantando mais 116 novos pórticos de Free Flow² (pedágios sem cabine) como é o caso da Rota Sorocabana, do Circuito das Águas, da Nova Raposo, da Rota Mogiana, da região do Paranapanema e no futuro Túnel Santos Guarujá.

Quadro 1 – Quantidade pedágios free-flow contratados e em processo de licitação

Novos Contratos de Concessão Rodovias - Pedágios Free-Flow	
Concessão	Quantidade Pórticos
Sorocabana	23
Raposo-Castello	13
Novo Litoral	15
Noroeste Paulista	2
Tamoios	1
TOTAL	54
Concessão Rodoviárias a licitar - Pedágios Free-Flow	
Concessão	Quantidade Pórticos
Paranapanema	5
Mogiana	18
Circuito das Águas	37
Túnel Santos Guarujá	2
TOTAL	62
TOTAL GERAL	116

O free-flow é uma estrutura com câmeras que fazem a leitura da placa do veículo, lançam à débito e os motoristas têm até 30 dias para acessar um aplicativo específico e efetuar o pagamento, caso contrário é emitida uma multa por evasão de R\$ 195,23, além da subtração de 5 pontos na CNH.

Na Rodovia dos Tamoios, por exemplo, 9.956 motoristas ainda não pagaram as tarifas de pedágio Free Flow e estão prestes a serem multados por isso. Nenhuma campanha ampla de informação foi feita e os contratos não

² Fonte: Para contratos realizados os dados foram obtidos via LAI com ARTESP e para concessões em andamento é possível consultar no site da SPI:
<https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projetos-qualificados/#rodovias>

contemplaram as situações de constantes deslocamentos entre cidades próximas de prestadores de serviço, muitas vezes de ofícios como jardineiros, pequenos empreiteiros e pequenos comerciantes.

Já para o início das férias de julho, Tarcísio autorizou o aumento das tarifas com índices acima da inflação. O preço nas principais rodovias concedidas vai subir de 5,16% a 10,71% sobre valores atuais cobrados. Os grandes eixos que partem da capital, a Anhanguera e a Bandeirantes terão aumentos médios acima de 6%, a Rodovia dos Imigrantes e Anchieta, acima de 8% e a Ayrton Senna/Carvalho Pinto, 5,80%. Outras rodovias: a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, 6,86%; a Domenico Rangoni, 6,39%, em média; a Rodovia Eng. Ermênio Oliveira Penteado (Indaiatuba-Itu-Salto), acima de 7%, em média.

A inflação acumulada do período (julho de 2024/ junho de 2025) foi de 5,27% (IPCA/IBGE). Ou seja, lucro certo e boa notícia para as concessionárias, como a Autoban, Grupo CCR e Ecovias.

Mas para quem se desloca com frequência entre São Paulo e Campinas, o custo da ida e volta será de R\$ 54,80 por dia. Quem fizer o trajeto Capital/Baixada Santista terá de desembolsar ao menos R\$ 77,40 por dia, lembrando que em ambos os casos é significativo o número de pessoas que se deslocam todos os dias para trabalhar ou estudar.

Tarcísio autoriza aumentos superiores à inflação alegando “correção de desequilíbrios econômico-financeiros, previstos nos contratos”. Medida que não passa de uma outra forma de agradar a elite econômica que o apoia. Aliás, ela não tem do que reclamar.

8.3. Entrega de terras públicas aos grileiros

A fraude da regularização fundiária promovida pelo governo Tarcísio consiste na entrega de terras a fazendeiros invasores de terras públicas. O Governo do Estado está “vendendo” grandes áreas (acima de 15 módulos) pela aplicação da lei 17.557 de 2022, legislação que autoriza a venda de grandes extensões de terras devolutas estaduais com descontos de até 90% sobre o valor de mercado. Embora o governo denomine o programa como de “regularização

fundiária”, é simplesmente um programa de entrega de terras para ocupantes que detém irregularmente essas áreas, originadas do histórico processo de grilagem de terras públicas.

A quantidade de terras envolvidas nessa venda subsidiada é incerta, assim como o valor efetivamente praticado, pois o governo estadual não tem respondido aos Requerimentos de Informação desde março de 2024. A partir da única informação prestada pelo governo estadual se estima que está em jogo uma extensão de 720 mil hectares, beneficiando algumas centenas de fazendeiros. Para esse montante de hectares, o valor do desconto deverá se situar em torno de R\$ 7,6 bilhões.

Evidentemente fica a questão: o que poderia ser feito com parte dessas terras públicas se o objetivo do governo fosse beneficiar famílias de agricultores sem terra ou promover a restauração florestal?

Além da venda das terras devolutas por valores vis, o governo Tarcísio também tem avançado sobre as terras do Instituto de Pesquisas. O argumento de que as terras estariam ociosas é falso, pois se trata de imóveis rurais destinados há décadas à pesquisa científica e reúnem valioso patrimônio genético, ambiental e histórico.

Em paralelo, o governador promove um desmonte na pesquisa pública, pois faltam pesquisadores de carreira e os recursos para o desenvolvimento científico são reduzidos. As unidades de pesquisa vinculadas ao Instituto Agrônomo de Campinas - IAC ou as unidades descentralizadas da APTA - Regional são verdadeiros laboratórios a céu aberto que aguardam a retomada de uma política científica estadual. O Governador, entretanto, está mais interessado em atender o interesse imobiliário sobre essas áreas que via de regra muito bem localizadas.

Uma das áreas já vendidas, inclusive, foi alvo de investigação jornalística do site Intercept. Segundo apurado, o governo Tarcísio vendeu a terra para a empresa SFA Agro Empreendimentos e Participações, de Paulo Skaf e outros. O empresário e político, colega de Tarcísio no Republicanos, pagou R\$ 17,1 milhões pela gleba.

Mas, segundo a Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, a APqC, o valor médio de mercado do hectare em Pindamonhangaba oscila entre R\$ 100 mil e R\$ 130 mil, o que faria a área vendida valer entre R\$ 35 milhões e R\$ 45,5 milhões, um bom negócio para o amigo, péssimo para a pesquisa, para o interesse público e para o tesouro estadual.

Felizmente, graças a mobilização dos pesquisadores e da população das cidades onde estão as terras, a audiência pública que daria início ao processo de venda foi suspensa judicialmente por absoluta falta de transparência e dados.

- As grandes áreas devolutas estão localizadas sobretudo no Pontal do Paranapanema, Sudoeste Paulista e no Vale do Ribeira.
- As áreas dos institutos de pesquisa ameaçadas de venda estão muito bem localizadas em municípios como Campinas, São Roque, Tietê, Piracicaba, Jundiaí, Sorocaba, Nova Odessa e Itapetininga.

9. A Fraude na Gestão Ambiental

A gestão Tarcísio de Freitas na área ambiental se destaca não por avanços, mas por descaso, inação e entreguismo do patrimônio público ao mercado. Os números do orçamento falam por si:

- 2022: **0,88% do orçamento estadual** (R\$ 2,8 bilhões)
- 2023: **0,60%** (R\$ 1,8 bilhão)
- 2024: **0,72%** (R\$ 2,5 bilhões)

Enquanto o governo vende discurso de compromisso com a sustentabilidade, os **investimentos reais estão em queda**, revelando uma política ambiental enfraquecida e subordinada a interesses econômicos privados.

Um dos símbolos da má gestão é o tratamento dos **parques estaduais** como ativos de mercado. Dez parques, antes sob gestão da Secretaria de Meio Ambiente, foram transferidos para a Secretaria de Parcerias e Investimentos, sob comando de Rafael Benini — figura de confiança do mercado e responsável pelos processos de desestatização.

O resultado é a substituição de critérios técnicos por critérios econômicos, transformando os parques em “moedas de troca”, em vez de espaços de preservação, lazer e educação ambiental. Frequentadores de parques concedidos, como Villa-Lobos, Água Branca e Cândido Portinari relatam: banheiros degradados, quadras quebradas, infiltrações, pichações e anos de atraso em reformas. A instalação irregular de uma churrasqueira em área de patrimônio histórico protegido no Parque da Água Branca evidencia o desrespeito ao bem público. Em vez de espaços revitalizados e acessíveis, o que se vê é a mercantilização das unidades, convertidas em “marketplaces” privados que ignoram a função social e ambiental para a qual foram criadas.

Apesar desse fracasso evidente, o governo não só insiste como aprofunda o modelo: abriu consulta pública para conceder mais seis parques da capital paulista à iniciativa privada, repetindo a fórmula que já demonstrou ser danosa para o patrimônio coletivo.

Mas os problemas da política ambiental de Tarcísio vão além dos parques. Não há um projeto consistente de transição energética ou de construção de uma economia verde em São Paulo. O programa de incentivo a veículos menos poluentes é um exemplo de retrocesso: ao invés de promover a eletrificação da frota com foco nos veículos 100% elétricos, que de fato reduzem as emissões, a gestão optou por privilegiar híbridos e etanol, alinhando-se aos interesses do agronegócio e de setores industriais específicos. Na prática, é uma política que se apresenta como sustentável, mas que apenas reforça um modelo ultrapassado, sem impacto real na redução das emissões.

A “fraude ambiental” da gestão Tarcísio é, portanto, dupla: menos orçamento e menos compromisso técnico para enfrentar a crise climática e proteger a biodiversidade, combinados a um modelo de privatizações que entrega os parques e a política ambiental ao mercado, em detrimento do interesse público. O resultado é uma agenda que fragiliza a preservação ambiental, precariza espaços coletivos e sabota a necessária transição para uma economia mais limpa.

10. A Fraude nos Transportes

10.1. A indústria da multa e o pacote de 649 novos radares do DER-SP

O anúncio da instalação de 649 novos radares nas rodovias estaduais³, orçado em R\$ 83,7 milhões, não pode ser analisado apenas como uma medida de “reduzir acidentes”. Na prática, trata-se de um modelo de gestão que prioriza arrecadação e terceirização, em detrimento de políticas de mobilidade efetivas.

Experiências em rodovias brasileiras mostram que, sem investimentos em duplicação de pistas, iluminação, manutenção, sinalização adequada, policiamento e campanhas educativas, os radares funcionam mais como instrumentos punitivos do que preventivos. Limites mal calibrados, mudanças bruscas de sinalização e a “localização estratégica” dos aparelhos reforçam a percepção de que a prioridade é gerar receita via multas, não proteger vidas.

Não por acaso, esse é o tipo de notícia que o governador não estampa em suas redes sociais ou coletivas de imprensa. A ampliação massiva de radares costuma ser feita de forma sorrateira para não enfrentar a reação negativa da população.

Além disso, o histórico do estado de São Paulo no uso de radares não é imune a críticas. A interrupção abrupta dos contratos em 2021 e a posterior recontratação em larga escala, agora com novas empresas, evidencia um setor de altíssimo interesse econômico, que movimenta cifras milionárias e mantém uma relação de dependência financeira com os cofres públicos. A chamada “indústria da multa” não é uma teoria conspiratória, mas uma consequência previsível quando a lógica arrecadatória se sobrepõe à lógica preventiva. A fiscalização é necessária, mas quando se torna a principal política pública de trânsito, sem transparência sobre critérios técnicos, destinos da arrecadação e resultados efetivos na redução de mortes, ela perde credibilidade e se transforma em mais um mecanismo de penalização do cidadão, especialmente em um estado onde o pedágio já é um dos mais caros do país.

³ <https://semil.sp.gov.br/2025/02/der-sp-assina-ordem-de-servico-para-instalacao-de-649-radares-que-trarao-mais-seguranca-as-rodovias-estaduais/>

10.2. Concessões ferroviárias: Via Mobilidade

As concessões do transporte sobre trilhos, como as linhas 8 Diamante, 9 Esmeralda (CPTM) e a linha 5 Lilás (Metrô), são um desastre operacional. Todas são operadas pelo grupo concessionário originado da CCR, com Via Mobilidade nas duas primeiras linhas e Motiva na linha 5 Lilás.

As Linhas 8 e 9 incorrem sistematicamente em falhas e problemas operacionais. Os usuários são penalizados com atrasos e paralisações frequentes dos trens e com as péssimas condições das estações. Há problemas de superlotação das composições, de sistemas de ar condicionado que não funcionam e de segurança precária dentro dos vagões. Tudo isso revela uma péssima manutenção dos equipamentos e um atraso dos investimentos na infraestrutura exigidos contratualmente.

Como no caso da SABESP, a concessionária alega que recebeu as linhas sucateadas, mas não explica por que a piora do serviço se deu exatamente a partir de 2022 quando a Via Mobilidade assumiu a operação. Desde então ocorreram acidentes graves na linha 8 como descarrilamento na Lapa em 2023, colisões em 2022 e passageiros feridos por superlotação das plataformas em 2025. Na linha 9, um funcionário morreu eletrocutado em 2023, além de princípio de incêndio por pane elétrica no ano seguinte, um na estação Granja Julieta e outro na Estação Santo Amaro.

O fato é que preocupada em substituir o pessoal experiente da CPTM, a Via Mobilidade contratou a custo mais baixo técnicos e engenheiros sem treinamento específico e com desconhecimento do desafio operacional das linhas ferroviárias. Além disso, não vem respeitando o cronograma de investimentos. O Governo Doria/Rodrigo Garcia em seu afã de privatizar firmou um contrato leniente com a empresa, também assumido pelo Governo Tarcísio que não toma nenhuma providência em relação a essa concessão porcamente elaborada, realizada e fiscalizada.

O mesmo ocorreu com a concessão da Linha 4 Lilás do metrô, cena de uma falha que levou à morte trágica um trabalhador em maio último, prensado entre as portas da estação e do vagão por falta de dispositivo automático de

reabertura. São também muito frequentes falhas em equipamentos, causando a redução da velocidade dos trens, o aumento dos intervalos e, conseqüentemente, a lotação das estações e dos vagões.

O modelo João Doria/Rodrigo Garcia de concessões e privatizações foi adotado em sua totalidade por Tarcísio, com licitações e leilões questionáveis, contratos desequilibrados em favor do privado e o mínimo de regulação e fiscalização.

11. Relação com Municípios: Desmonte dos Recursos para Estâncias Turísticas e Municípios de Interesse Turístico

O Estado de São Paulo possui um modelo de fomento ao turismo regional baseado no repasse de recursos orçamentários às Estâncias Turísticas e aos Municípios de Interesse Turístico (MITs), previsto na Constituição do Estado e amparado por um arcabouço legal robusto. A Lei Complementar nº 1.261/2015 estabelece critérios para classificação e permanência dos municípios nessas categorias, enquanto a Lei nº 16.283/2016 define o valor anual a ser repassado a cada localidade. Historicamente, tais repasses constituem uma política pública essencial para a manutenção da infraestrutura turística, geração de emprego e preservação do patrimônio cultural e ambiental local.

No entanto, a gestão Tarcísio promoveu cortes drásticos e paralisação da política de repasses. Em 2023, os valores destinados às estâncias e MITs caíram sem qualquer justificativa, e em 2024 e 2025, apesar de orçamento previsto, **nenhum recurso foi efetivamente empenhado**, evidenciando descontinuidade e descaso.

Tabela 03: Execução Orçamentária — Estâncias e MITs

Ano	Orçamento Previsto (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Percentual de Execução
2021	505.551.749,00	505.134.147,42	99,92%
2022	535.592.913,00	458.807.269,12	85,64%
2023	563.172.692,00	350.201.041,00	62,15%
2024	594.403.345,00	0	0%
2025*	615.471.077,00	0	0%

Fonte: SIGEO — dados extraídos em 30/07/2025 (valores 2025 até julho)

A soma dos recursos não investidos ultrapassa **R\$ 1,4 bilhão** na gestão Tarcísio. O descumprimento integral da execução orçamentária demonstra desprezo pelo papel do Estado no fortalecimento das gestões locais. Municípios menores, que dependem desses repasses para manter atrativos, infraestrutura e eventos turísticos, sofrem diretamente com a paralisação da política, prejudicando a economia regional e a preservação do patrimônio público.

Esse é apenas um exemplo de como a gestão Tarcísio despreza a relação com os municípios ignorando o papel central do Estado no fortalecimento das gestões locais.

12. PROPINÃO – A Fraude de um Governo “Sem Corrupção”

A Operação Ícaro, deflagrada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público de São Paulo, revelou um esquema de corrupção bilionário dentro da Secretaria da Fazenda estadual, sob comando de Samuel Kinoshita, homem de confiança do governador Tarcísio de Freitas. No epicentro das investigações está o auditor fiscal Artur Gomes da Silva, acusado de movimentar mais de R\$ 1 bilhão por meio da empresa de fachada de sua mãe, especializada na liberação de créditos acumulados de ICMS para grandes varejistas, como Ultrafarma e Fast Shop.

A gravidade do caso não reside apenas na fraude em si, mas no fato de que a liberação de créditos acumulados do ICMS não é uma decisão técnica isolada: trata-se de um ato de gestão política e fiscal, que depende da anuência da alta cúpula do governo. Os créditos, que chegam a dezenas de bilhões, são volumosos e sua liberação impacta diretamente a arrecadação do Tesouro paulista. Nenhum auditor, por mais graduado que seja, poderia movimentar tais cifras sem o conhecimento e a concordância do comando da Secretaria e, em última instância, do governador.

O contexto torna ainda mais grave a atuação do governo Tarcísio. Desde o início de sua gestão, exportadores, que possuem créditos legítimos, reconhecidos pelo próprio fisco, vêm enfrentando enorme restrição no reconhecimento e liberação desses valores. Enquanto isso, empresas de varejo, que dificilmente teriam direito a créditos vultosos, foram beneficiadas de forma expressiva e ágil. Essa seletividade indica que as liberações questionadas não se deram por acaso, mas obedeceram a critérios políticos e a uma estrutura de favorecimento.

A vinculação do escândalo ao governo é reforçada pelo Decreto nº 67.853/2023, assinado por Tarcísio e seus secretários, que criou um “atalho” para empresas consideradas “nos conformes” pelo fisco, facilitando a apropriação de créditos acumulados. Na prática, esse mecanismo de “via rápida” reduziu os controles e abriu espaço para operações fraudulentas, exatamente como as investigadas pela Operação Ícaro. A revogação do decreto só ocorreu após a explosão do escândalo, uma admissão tácita do envolvimento da gestão.

Os números evidenciam a magnitude do problema: pelo Programa ProAtivo, as liberações de créditos acumulados para empresas que investem em São Paulo foram reduzidas em relação a 2022, quando chegaram a R\$ 2,18 bilhões. Em 2023 caíram para R\$ 1,2 bilhão; em 2024, ficaram em R\$ 1,3 bilhão; e em 2025, sob pressão de exportadores diante do “tarifaço de Trump”, a promessa é de R\$ 1,5 bilhão. Enquanto isso, as empresas envolvidas no esquema movimentaram cifras muito maiores em tempo recorde. A evolução patrimonial da empresa de fachada do auditor ilustra a gravidade: de R\$ 411 mil em 2021,

saltou para R\$ 46 milhões em 2023 e atingiu R\$ 1 bilhão em 2024, justamente após o decreto assinado por Tarcísio.

Diante disso, algumas perguntas são inevitáveis: é plausível que um auditor tenha conduzido sozinho o maior esquema de corrupção da história da Fazenda paulista? Qual foi o papel do governador e de seus secretários na manutenção e no uso político desses créditos de ICMS?

Ao tentar se esquivar, Tarcísio afirmou que os responsáveis sentirão “a mão pesada do Estado”. Mas sua verdadeira responsabilidade não pode ser mascarada por declarações genéricas: foi sob sua gestão, com seus secretários e seu aval, que se abriu o caminho para o chamado Propinão do ICMS.

O discurso de um “governo sem corrupção” ruiu diante de um esquema que combina favorecimento empresarial, perda bilionária de arrecadação e blindagem política. Tarcísio precisa explicar por que privilegiou sonegadores enquanto exportadores aguardam créditos legítimos, e por que assinou um decreto que facilitou fraudes agora expostas pela Operação Ícaro.

A fraude do discurso de austeridade e de moralidade administrativa não resiste à realidade: em São Paulo, sob Tarcísio, a porta do cofre público foi aberta para alimentar o maior propinão da história recente do Estado.

Conclusão - *Tarcísio Making America Great Again*

Tarcísio de Freitas lidera uma coalizão de governadores de extrema direita contra o governo Lula, em alinhamento com Donald Trump e a família Bolsonaro. Atribui a Lula a responsabilidade do tarifaço imposto pelos EUA, defendeu de início a retaliação de Trump depois recuou envergonhadamente pela pressão do empresariado. Movimenta-se para ser o candidato de Bolsonaro e da extrema direita e para isso radicaliza suas falas, principalmente junto às elites agrárias e financeiras, desta vez reunidas, não por acaso, num evento do BTG coordenado por André Esteves, seu articulador junto ao empresariado.

Afirmou que a atitude firme de Lula é uma ciranda de picuinhas. Para Tarcísio devemos aceitar que, usando uma política comercial insana, Trump interfira na soberania e em nossas instituições democráticas. Quer um recuo do STF no processo penal da tentativa de golpe de estado, buscando resgatar seus amigos golpistas e criminosos políticos. Trump recusa qualquer negociação com Lula e sanciona os Ministros do STF e membros do Executivo, mas para Tarcísio Lula é o culpado porque não conversa com Trump!

Não há fundamento econômico algum nas tarifas punitivas de 50%, as maiores dentre todos os países, porque o Brasil mantém déficits comerciais elevados com os EUA há mais de 20 anos não só em bens, como em serviços, U\$ 410 bilhões nos últimos 15 anos.

O caso de Trump com o Brasil é pura política de retaliação a um país democrático, soberano e governado por um partido de esquerda, visando tirar Bolsonaro de seus apuros criminais. Por isso são escandalosas as falas dos governadores de extrema direita, como Tarcísio de Freitas, um explícito admirador do MAGA, mesmo que seja em desfavor de seu país e do Estado que governa.

Depois de aplaudirem as sanções passaram a anunciar acanhadamente medidas de apoio aos setores afetados e, no caso de São Paulo foram R\$ 300 milhões em empréstimos e a devolução de até R\$ 1,5 bilhão em créditos

acumulados de ICMS. Traduzindo em grandezas, os empréstimos correspondem a U\$ 55 milhões e os créditos de ICMS a U\$ 270 milhões para um total de exportações de quase U\$ 14 bilhões nos últimos 12 meses por empresas paulistas, uma gota d'água no oceano. Ademais, a devolução do ICMS às empresas exportadoras não é favor, é um direito e deveria por lei ser realizada automaticamente. Saliente-se que só as grandes exportadoras acumulam esses créditos e para os pequenos, sobra o quê?

Ao final, foi a capacidade de articulação do governo federal junto às empresas brasileiras e americanas que reduziu a tarifação de 50% para 10% em 45% das exportações, inclusive no caso da EMBRAER e da indústria da laranja, ambas de grande importância na economia paulista.

O Vice-presidente Alckmin e os Ministros Haddad e Mauro Vieira seguem tentando negociar novas reduções e lançaram com o Presidente o programa Brasil Soberano para o apoio às empresas e setores afetados pelo tarifaço. Ao contrário do arremedo de apoio de Tarcísio, o Governo Lula deu a dimensão necessária para enfrentar o problema: mais de R\$ 50 bilhões em suporte fiscal e crédito e uma série de iniciativas comerciais de alto nível para abertura de novos mercados. E mais, o foco prioritário são os pequenos e médios exportadores, além do compromisso de manutenção dos empregos.

Como tentamos demonstrar neste trabalho, picuinhas são seus programas de efeito irrisório, sua ciranda de invenções, mentiras e sua manipulação de números. Perdulário e irresponsável nos gastos é o seu governo que realiza 80 bilhões em gastos tributários (renúncia fiscal) e abre mão de mais de R\$ 15 bilhões na venda de parte de suas ações da SABESP. Um governo que distribui aumentos generosos às corporações jurídicas (Justiça Estadual, TCE e MPE), as de remuneração mais elevada, enquanto isso, o conjunto do funcionalismo amarga aumentos abaixo da inflação.

Acusa o governo federal de aumentar impostos para os ricos, mas ele elevou em mais de 50% o único imposto que poderia favorecer o conjunto da população, o ICMS sobre combustíveis, traindo uma promessa pública de sua campanha de 2022. Seu governo sim é corrupto, entregando a SABESP a

preço de banana, facilitando a vida para as concessionárias de transporte público, para as empresas inadimplentes com o fisco e para grandes fraudadores do ICMS com o envolvimento criminoso da cúpula de sua Secretaria da Fazenda.

Seu governo é uma fraude, sua política é de submissão aos interesses de governos estrangeiros fascistóides, sua visão de desenvolvimento é a distribuição de vantagens generosas à elite empresarial e financeira, seus programas sociais criminalizam a pobreza e sua gestão é um zero à extrema direita.

O que sobra é só marketing e as mentiras.



Antonio Donato
Deputado estadual
Líder da Federação PT/PCdoB/PV

Gabinete ALESP:
Av. Pedro Alvares Cabral, 201, Moema - 1º andar, sala 169
São Paulo - CEP 04097-900
(11) 3886-6220/ 6219
donatopt@terra.com.br

DEPUTADO ESTADUAL
Donato 



/DONATOPT



@DONATO_PT



/C/DONATOPT



@DONATOPT



(11)96091 - 3700

www.donatopt.com.br